

+mmuseu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 18 - maio/outubro 2017

Editorial

O Museu é lugar de partilha de memórias. Nem sempre essas memórias, da individual à coletiva, são boas ou fáceis de contar. Num conturbado momento a nível mundial, «dizer o indizível nos museus» é um lema que nos desperta para a reflexão acerca de temas traumáticos, que podem ser contados de forma mediada pelos museus.

É essa a aposta que fazemos, em Palmela, quando se vão desvendando – a pouco e pouco – e de forma pacífica, lugares, episódios e personalidades que habitam a nossa História Local e são também difíceis de mostrar. Mas, estamos certos, que, falar no museu, pode reconciliar partes pela via do conhecimento.

Assim, este período de festa dos Museus – no Dia e na Noite que comemoramos – o Museu de Palmela aproveitará, através de uma visita encenada, para falar de outras histórias, umas do Castelo e outras do vasto território que constitui o nosso concelho, durante séculos muito preso apenas à dura vida nos campos.

Para se chegar a essa forma de dizer o indizível – a morte, a tortura, a omissão de identidades, o medo da Natureza e o impulso de a desvendar noutros territórios, a resistência aos poderes que se nos opõem, a busca da sobrevivência, a fome e a doença – é necessário investigar.

Neste boletim, desvenda-se – pela investigação historiográfica – um pouco da vida dos Cristãos-Novos e da ação da Inquisição em Palmela: é um processo em investigação, que decorre do trabalho histórico e arqueológico que foi proporcionado pela via da requalificação de um imóvel – o atual Espaço Cidadão, na sede de concelho.

Contam-se também as provações dos trabalhadores agrícolas, sujeitos a baixos e incertos salários no Estado Novo. A terra, a vinha, a agricultura aprisionavam, tal como a ausência de Liberdades.

E, ainda se conta, a dura resistência da população de todos os pontos do concelho, à integração do de Palmela no de Setúbal, entre 1855 e 1926, fruto de uma reforma administrativa. Comemorámos, em novembro último, os 90 anos sobre essa Vitória, que privou a população de autonomia, provocando-lhe incómodos de várias naturezas, num município com Foral desde 1185.

Comemoramos, em 2017, também, os 140 anos sobre a primeira viagem de um filho da terra – Hermenegildo Capelo – na exploração científica de África; esta História é controversa, marcada pelo colonialismo e pela escravatura, da época em que viveu, e que deixou marcas até aos nossos dias na nossa sociedade. É preciso refletir sobre ela nestas duas perspetivas.

Há, contudo, indizíveis no nosso território, muito prazenteiros, facto que nos devolve a certeza de que sonhar e realizar é sempre possível! Falamos do trabalho que realizamos no Serviço Educativo, com os nossos públicos e, neste número destacamos um facto cultural do maior relevo para o concelho: a inauguração do Museu de Música Mecânica, do colecionador Luís Cangeiro.

Dos traumas ao sublime, há caminhos por desvendar em Palmela: visite-nos e conte connosco para partilhar conhecimento!

O Presidente da Câmara

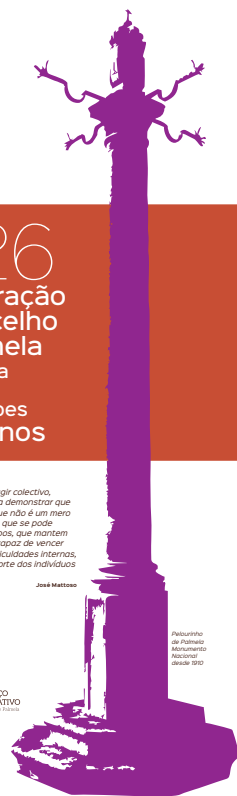


Álvaro Manuel Balseiro Amaro

1926
Restauração
do concelho
de Palmela
uma vitória
de todos
os municípios
há 90 anos

Guardar a memória do agir colectivo, corresponde, portanto, a demonstrar que o grupo existe, isto é, que não é um mero agregado de indivíduos, que se pode distinguir de outros grupos, que mantém a sua coerência, que é capaz de vencer ataques externos ou dificuldades internas, e de subsistir como suporte dos indivíduos que o compõem.

João de Matos



Palmela Monumento Nacional desde 1926



Em investigação

A Inquisição e os Cristãos-Novos de Palmela

O primeiro passo para o estudo da ação da Inquisição numa determinada localidade consiste no levantamento dos processos existentes. É o resultado desse levantamento sobre Palmela que exporemos de seguida. Assim, dos 25 processos inquisitoriais referentes aos naturais ou/e moradores no concelho de Palmela resultou uma repartição quase equitativa entre cristãos-velhos (9) e cristãos-novos (8). Dos restantes, salientem-se os seis de estatuto social desconhecido e um mouro.

As acusações desses réus são diversificadas, mas com destaque para os cristãos-novos acusados de práticas judaicas (6) e os cristãos-velhos acusados de poligamia ou poliandria (4).

ACUSAÇÕES	N.º
Abuso da doutrina da Igreja	1
Abuso do Sacramento	1
Bigamia/Poliandria	4
Blasfémia	1
Desrespeitos litúrgicos	1
Encobrir fuga de cristão-novo	2
Feitiçaria	2
Impedir reto ministério do Santo Ofício	2
Islamismo	1
Judaísmo	6
Sodomia	1
Solicitação	1
Superstições	1
Violação de Ordens	1

Quadro 1. Acusações dos réus naturais ou moradores em Palmela

Atentemos, de ora em diante, apenas nos cristãos-novos. Dois deles eram naturais de Palmela e 6 ali moradores. Quanto ao género, 4 homens e 4 mulheres.

Em relação à idade, também se regista uma distribuição muito semelhante por escalão etário, não permitindo tirar qualquer conclusão. Não devemos esquecer que se trata de um número muito reduzido de processos, o que dificulta o seu tratamento estatístico.

FAIXA ETÁRIA	N.º
20-29	1
30-39	-
40-49	1
50-59	2
60-69	1
Desconhecida	3

Quadro 2. Idade dos cristãos-novos

Para as profissões, até por serem poucas as conhecidas, juntámos às dos réus as de seus pais. De novo registamos uma distribuição inconclusiva, mas com a curiosidade de os réus terem atividades socialmente mais consideradas e algumas mais lucrativas, como a de rendeiro e médico. Também um dos pais vivia de sua fazenda, quer dizer, não tinha ofício porque vivia dos seus bens.

PROFISSÕES	RÉUS	PAIS	TOTAL
Alfaiate	1		1
Boticário	1		1
Médico	1		1
Rendeiro	1		1
Sapateiro		1	1
Tratante		1	1
Vive de sua fazenda		1	1

Quadro 3. Profissões dos cristãos-novos e dos seus pais

Os cristãos-novos palmelenses foram vítimas da Inquisição bem cedo. Na verdade, quando se sabe que o primeiro auto-de-fé realizado em Portugal ocorreu em 1540 (em Lisboa), verificamos que apenas três anos após esta data foram presos os primeiros três cristãos-novos de Palmela. Em suma: 5 prisões no século XVI e 3 no século XVII, não havendo notícia de prisões no século XVIII.

PRISÃO	N.º
1543	3
1591	1
1600	1
1603	1
1618	1
1642	1

Quadro 4. Anos da prisão dos cristãos-novos

Dos 8 cristãos-novos, 6 foram acusados de práticas judaicas e 2 de encobrir a fuga de um cristão-novo. O corajoso foragido dos cárceres do Santo Ofício de Lisboa, em 20 de junho de 1543, chamava-se Dinis Mendes. Uma dessas réis, Catarina Mendes, confessou: “(...) encobrir em minha casa uma certa pessoa que fugiu do cárcere da Santa Inquisição (...)”¹.

Não se conhecem muitos casos de fugas dos cárceres da Inquisição. Provavelmente, terá ocorrido por inexperiência de um tribunal recém-criado. Em todo o caso, fica esta nota da resistência dos cristãos-novos à tentativa inquisitorial de extirpar o judaísmo da sociedade portuguesa. Sem sucesso, reconheça-se.

¹ Processo de Catarina Mendes, ANTT, Inquisição de Lisboa, 8497.

ACUSAÇÕES	N.º
Judaísmo	6
Encobrir fuga de cristão-novo	2

Quadro 5. Acusações dos cristãos-novos

O cárcere e hábito penitencial era a sentença mais frequente. O que variava era o rigor:

- 1) hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores, que determinavam o tempo do seu uso;
- 2) por tempo determinado na sentença;
- 3) perpétuo, habitualmente mais duradouro que o anterior;
- 4) perpétuo sem remissão, que apenas significava que a sua duração era ainda mais longa que as anteriores, o que não deve ser entendido como hábito e prisão perpétua.

O hábito penitencial era o sambenito, uma espécie de túnica que os condenados eram obrigados a usar durante o desfile do auto-de-fé, no cárcere e, muitas vezes, nas suas terras, onde acabavam de cumprir a sua pena, com o claro objetivo de os humilhar e os sujeitar à discriminação e repulsa, sua e de seus familiares, por parte dos cristãos-velhos das suas terras. Também há que sublinhar o facto de os sambenitos dos relaxados à justiça secular (queimados em auto-de-fé) lhes serem retirados antes da sua execução e posteriormente expostos na igreja da sua paróquia, em local bem visível, para enxovalho da sua família quando ia à missa.

O quadro 6 confirma a sentença preponderante de cárcere e hábito penitencial (5 cristãos-novos), um relaxado à justiça secular, de que adiante falaremos, e um libertado em 1605, em consequência da bula papal do perdão geral dos cristãos-novos.

SENTENÇAS	N.º
Cárcere e hábito penitencial / a arbítrio	3
Cárcere e hábito penitencial perpétuo	1
Cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão	1
Relaxados à justiça secular	1
Perdão Geral	1
Desconhecidas	1

Quadro 6. Sentenças dos cristãos-novos

Incompreensivelmente – porque bastante desmentido por vários investigadores há anos –, ainda hoje perdura o mito de que os cristãos-novos (entendidos, também abusivamente, como judeus) tinham apelidos com nomes de árvores, plantas e animais.

O caso de Palmela também confirma as conclusões obtidas noutras terras com um número muito superior de processos. Há apenas um réu

chamado Coelho, dos quais se destacam os Mendes (5) e os Lopes (4), apelidos que temos encontrado com muita frequência em diversos concelhos que estudámos, o que outros investigadores corroboram.

APELIDOS	RÉUS	PAIS	CÔNJUGES	TOTAL
Almeida	1			1
Caldeira	1	1		2
Álvares		1		1
Coelho	1			1
Costa		1		1
Gonçalves	1			1
Gomes		1		1
Lopes	1	1	2	4
Mendes	2	2	1	5
Nunes			1	1
Pires	1	1		2
Rodrigues/ Roiz	1	1		2

Quadro 7. Apelidos dos cristãos-novos

Também é interessante verificar que nomes próprios são mais frequentes entre os cristãos-novos. Sabendo que os apelidos são os mesmos que os dos cristãos-novos (embora se constatem algumas preferências), também neste caso o são. Nestes 8 processos de Palmela, contando com os pais e os cônjuges dos réus, não se pode dizer que haja alguma predominância. Em todo o caso, Manuel é o nome próprio masculino que se evidencia (3 réus em 8), à semelhança de outros concelhos por nós estudados. Quanto ao nome feminino, Branca e Catarina registam uma ligeiríssima preferência: 2 de cada, contando com os das mães dos réus.

NOMES	RÉUS	PAIS	CÔNJUGES	TOTAL
António		1		1
Artur		1		1
Beatriz/Brites			1	1
Branca	1			1
Catarina	1	1		2
Constança		1		1
Fernando/Fernão			1	1
Helena		1		1
Inês	1	1		2
Leonor	1			1
Luísa			1	1
Manuel	3			3
Miguel			1	1
Pedro/Pero	1	1		2
Simão		1		1
Violante		1		1

Quadro 8. Nomes próprios dos cristãos-novos

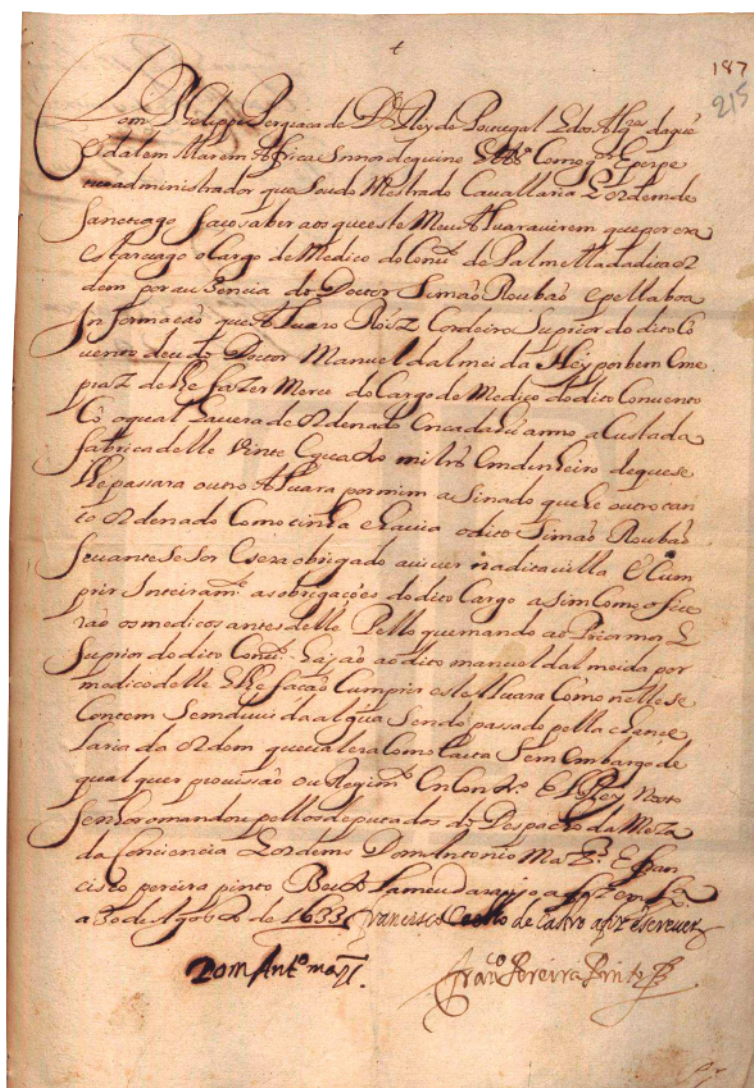
De entre os processos consultados, destacamos aqui o caso do médico Manuel de Almeida, meio cristão-novo, preso em 3/2/1642 com 57 anos de idade, natural de Arraiolos e morador em Palmela, filho do sapateiro cristão-novo António Rodrigues e da cristã-velha Inês de Almeida, relaxado à justiça secular em 10/7/1644².

Era um abastado proprietário. Do inventário dos seus bens móveis e imóveis, feito durante o interrogatório inquisitorial, sublinhamos a posse de três casas na Rua do Ouro em Palmela³ e em Setúbal, uma estufaria junto à casa onde morava na mesma Rua do Ouro, quatro vinhas, uma delas na Corredoura, um olival, 40 alqueires de centeio, 20 alqueires de trigo, 8 tonéis e 20 pipas de vinho e aguapé, um macho e um jumento, dois escravos, a sua livraria, vários objetos de ouro e de prata e mais umas quantas vinhas da parte da sua primeira mulher e de seus filhos e enteados.

Manuel de Almeida era uma figura grada de Palmela, atestado pela sua nomeação como médico do convento local. Eis um excerto dessa sua nomeação, em 30/8/1633:

“Dom Filipe por graça de Deus Rei de Portugal (...) por ausência do Doutor Simão Roubão e pela boa informação que Álvaro Roiz Cordeiro, Superior do dito convento, deu do Doutor Manuel de Almeida, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do cargo de médico do dito Convento, com o qual haverá de ordenado em cada um ano (...) vinte e quatro mil réis em dinheiro (...) e seja obrigado a viver na dita vila (...).”

Apesar da sua notoriedade, Manuel de Almeida acabou queimado nas fogueiras da Inquisição de Lisboa, com o muito conveniente confisco de todos os seus bens para o Santo Ofício e para o tesouro régio.



Processo de Manuel de Almeida, ANTT, Inquisição de Lisboa, n.º 2281, fl.187.

² Processo de Manuel de Almeida, ANTT, Inquisição de Lisboa, 2281.

³ Ao que parece, trata-se da atual Rua Serpa Pinto, no centro histórico de Palmela.

Património Local

Palmela: Chão que dá Uvas (1945-1958)

Palmela, em pleno Estado Novo, vive, à semelhança de outras regiões do país, sustentada na vitivinicultura. Neste sentido, considerámos importante perguntar: Qual a expressão das culturas da vinha e do vinho, tanto no território como na vida das gentes?



Vitivinicultura na Península de Setúbal, século XX. Espólio do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.

A resposta é procurada neste artigo, no qual mediante um exercício de contextualização e análise de fontes, caracterizamos os produtores de uva e de vinho, para lhes achar tanto a dimensão, como a condição.

No dia 27 de Janeiro de 1955, quando a intensidade das chuvas deixaria, dia após dia, centenas de trabalhadores sem jorna, aguardando, em casa ou nas tabernas, o estio e o chamamento do patrão, a imprensa local acentua os motivos da preocupação afirmando: «*Há terras e aglomerados populacionais para os quais o vinho é o seu problema próprio porque ele constitui a sua maior e principal riqueza e dele depende toda a sua independência e prosperidade (...)*» (A Voz de Palmela, 27.01.1955:12).

Neste período, o problema já não é apenas a condição de vida do trabalhador agrícola, tantas vezes tratada, mas a sustentabilidade do próprio sector vitivinícola local, face às condições adversas impostas a todos quantos se dedicam a esta cultura. Preço baixo das uvas e dificuldade de escoamento do vinho.

Sobre os estudos de apoio e as próprias fontes utilizadas importa dizer que, excepção feita para a região do Douro, o panorama historiográfico nacional revela escassez de estudos específicos sobre vitivinicultura. Cenário onde são excepções autores como Orlando Simões (2003, 2006), que trata as políticas vitivinícolas

no Estado Novo em Portugal, Dulce Freire (1997, 1999, 2006), cuja obra integra este mesmo período nomeadamente a crise dos anos 30 na região do Oeste, e Conceição Pereira (2007), que se dedicou à acção da Junta Nacional do Vinho/Instituto da Vinha e do Vinho. Para esta escassez de estudos concorrem factores como a dispersão da documentação dos diferentes institutos e ministérios que ao longo do tempo tutelaram a agricultura, e a ausência de tratamento dos fundos documentais existentes, munindo-os com recursos que permitam a sua consulta ou sequer o seu conhecimento. São também raras as empresas que dispõem de arquivo histórico e, mesmo quando este existe, poucas vezes se encontra organizado. O Arquivo Histórico do Instituto da Vinha e do Vinho, essencial à escrita da História do vinho em Portugal no período contemporâneo, não se encontra tratado, nem acondicionado em espaço que permita a sua consulta, ou sequer a devida conservação do seu insubstituível espólio. Exemplos felizes são projectos como o tratamento do arquivo da Empresa José Maria da Fonseca (Azeitão), em desenvolvimento pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), coordenado por Conceição Andrade Martins¹ e o acondicionamento e gestão do arquivo da «Casa do Douro» e de algumas «Quintas», pela Fundação Museu do Douro.

Relativamente à cultura da vinha e do vinho foram instrumento relevante os «Relatórios de Tirolínio», dos estudantes dos Cursos de Engenharia Agronómica, da Escola Superior Agrária de Évora e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, os Relatórios da União Vitivinícola do Moscatel de Setúbal, em depósito no Instituto da Vinha e do Vinho.

Apesar da riqueza de todas as fontes aqui descritas, sobretudo os *Inquéritos* e os *Estudos de Caso*, produzidos no âmbito do Plano de Fomento Agrícola pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, disponíveis nas diferentes bibliotecas e arquivos do Ministério da Agricultura, foram as memórias de quem estes documentos falam, que melhor nos deram a conhecer e sentir a vida aqui em análise.

Espaço e Tempo

Palmela é um concelho localizado a sul do Tejo, no distrito de Setúbal. Dispõe de um território com cerca de 46512 ha de superfície que, nos finais da década de 40 se encontra dividido pelas freguesias de Palmela, S. Pedro de Marateca, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Ao seu redor, a norte os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Benavente; a sul, Setúbal; a nascente Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Montijo e a poente Seixal e Setúbal. Concelhos vizinhos que, sendo alguns igualmente rurais e outros já urbanos, mantêm entre si relações de dependência, movimentos de idas e vindas, fluxos e refluxos de gentes e bens, cuja influência, não estando aqui em análise, será naturalmente determinante para o desenvolvimento deste lugar². Aliás, a proximidade com Setúbal, Almada, Montijo, Moita, Barreiro e

¹ Sobre este projecto consultar Martins, 2007.

² Sobre as características de cada um dos concelhos durante o Estado Novo consultar: O Distrito de Setúbal, Breve resenha Histórica, 1966.

Almada que, em 1930, se encontram entre os lugares do país com índices de densidade populacional mais elevada não pode ser indiferente (Girão, 1941).

Nas décadas de 40 e 50 tem um chão de 459 km², com cerca de 17.792 ha de terra que «dá» uva, ocupando 71% do solo agrícola. Aqui trabalham 2.620 viticultores e mais de uma centena de milhar de braços que, durante o ano agrícola, acodem às diferentes exigências da videira. Deste fruto vivem 1.949 vinicultores. Uns e outros vivendo sujeitos às imposições do seu tempo, do seu espaço e da sua condição.

No tempo, as heranças de um percurso longo, trilhado desde meados do século XIX, que parte e reparte a terra, colocando-a a produzir. Não, não se trata aqui da colonização interna tão proclamada e defendida, que se instituiria por decreto, mas da «espontânea» que aqui foi acontecendo, apenas por força da vontade. Para uns, de rentabilizar a terra que possuem, dando-a em arrendamento, para outro, muitos, a necessidade de ter um chão, que os proteja dos magros vencimentos do trabalho das jornas ou do sempre presente drama do desemprego.

Em Palmela, como no restante país, a vinha difunde-se com vigor, sobretudo a partir do séc. XIX.

A videira, sendo generosa com a natureza, expandindo-se até onde o clima é mais inóspito ou a terra mais pobre, é exigente com as pessoas, impondo-lhes um ano cheio de muitos e rigorosos trabalhos. É, por isso, uma das principais fontes de salários.

Chegados à década de 40 e 50, a economia vitivinícola apresenta os males de que já padece desde meados do século XIX: falta de organização na produção e no comércio, de onde deriva o excesso de produção de vinho (de má qualidade) e a dificuldade de escoamento. Tal situação, ou a «questão vinhateira», não é tranquila. De «crise em crise», utilizando a expressão de Dulce Freire (1997:11), trazidas frequentemente, ora pelo excesso de produção, ora pela dificuldade de escoamento, a vinha e o vinho seguem como culturas protegidas face à importância económica e social que detêm.

Em 1955 a imprensa local, face aos problemas nacionais do sector vitivinícola, sublinha a importância primordial que a uva e o vinho detêm neste território, questionando: «*o que seria de Palmela, pois, e como se viveria aqui se não fora os seus extensos vinhedos, onde quase permanentemente todos empregam a sua actividade?*» (A Voz de Palmela, 27.01.1955:1, 2).

Em Portugal, nas décadas de 40 e 50, são postas em marcha medidas reguladoras com vista à auto-suficiência nacional, nomeadamente do sector agrícola, e é anunciada, no I Plano de Fomento (1952-58), a ambição da industrialização, à qual a lavoura deve submeter-se.

Período que se constitui historicamente como um momento de chegada, mas igualmente de partida. Chegada de um percurso longo, iniciado na segunda

metade do século XIX, altura em que se assiste neste território a um intenso movimento de arroteamento dos solos por força de uma política nacional de fomento da exploração da terra, que agora se acha cumprida. Partida, já que com a década de 60 e mediante execução do II Plano de Fomento (1959-964), chega ao distrito de Setúbal a assertiva expansão e consolidação da indústria permitindo que muitos, antes ocupados com a lavoura, sigam agora o caminho das fábricas.

Estudar este período de «espera», habitado por uma mão-de-obra agrícola, com fome de terra, mas sobretudo de trabalho, dos proprietários, por essa mesmas causas, ainda resistentes à mudança e do poder político sempre tentado a «apaziguar», para fazer «durar», permite-nos entender as reacções locais às medidas agrárias do Estado Novo, mais conhecidas num plano nacional.

Já avançando na resposta à questão inicial, adianto que tinham razão todos os que, na imprensa local, alertam para os perigos da continuidade das «crises do vinho», não exageram os que não vislumbam uma estabilidade económica e social que não passe pelo apoio ao sector vitivinícola, nem tão pouco são irrealistas os que temem o aumento do desemprego, por força do crescimento da floresta.

Utilização do solo: formas e normas

Neste período, 22.731 ha, 50% do território, mostra um rendilhado de pequenas courelas, fruto de arrendamentos, na sua maioria, já remidos. Em cada uma delas a presença de casas acanhadas rodeadas, sempre que existe água, por hortas e pomares, mas também, e sempre, independentemente das características do solo, de fileiras de videiras. Pequenas manchas de vinha, tratadas por «pequenos» e «pequeníssimos» proprietários, que unidas transformam o território concelhio num vastíssimo vinhedo. Aqui vive a maioria a população, dependente das uvas que possam vender e ou vinificar.

Neste tempo, a presença também de grandes herdades lembrando o passado da gestão da terra e os seculares latifúndios que ocupam ainda, 21.669 ha, ou seja 47% do solo. Referimo-nos às herdades de Rio Frio, Zambujal, Algeruz, Casa Palmela, Quinta da Torre. Antigas, extensas, produtivas e importantes fontes de salários. Aqui já não é a vinha que impera. Evidenciando já os sinais da mudança que haverá de ocorrer, os seus proprietários revestem estas terras de pinhais, montados e eucaliptais, preparando-se para a implantação assertiva da indústria que se apressa em chegar.

Hegemonia do Vinho

Neste cenário, a agricultura, com 24.940 ha (54%) e a floresta, 20.509 ha (45%) disputam a ocupação do solo. O vinho, como sector protegido, pesem embora as limitações do plantio, alimenta a motivação para a plantação de videiras; o arroz, bastante lucrativo,

invade os vastos paus e a importância económica da madeira e da cortiça estimula a manutenção e a instalação de grandes manchas de pinhal e montado de sobro. Mas, se a floresta e o arroz ganham espaço na grande propriedade, é a vinha que está presente nas pequenas courelas e na vida de quem as trabalha, sempre dependente também das condições do espaço.

A instabilidade do sector e as flutuações do preço do vinho lesam, em primeiro lugar, o pequeno viticultor que não tem outra opção que não seja aceitar o preço que o comprador entende ser o certo e o possível.

Todos os anos, após a vindima, a uva é vendida directamente ao fabricante do vinho, que vinifica de sua conta. Segundo o Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho (1951) «este pode ser armazenista, oportunista, ou mesmo outro viticultor». Os pequenos viticultores sem capacidade de vinificar, sujeitam-se aos preços que os comerciantes entendem ser o mais justo. A vinha cumpre um significativo papel social de dar emprego, mas o pequeno vinicultor vende o fruto do seu trabalho, ano, após ano, quase sem lucro, perpetuando a sua antiga condição de carência e fragilidade.



Vitivinicultura na Península de Setúbal, século XX. Espólio do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.

Como recorda Jaime Caldeira, adegueiro: *«davam pouco dinheiro pelas uvas (...). Outras vezes nem ofereciam, a gente vendia as uvas, depois eles mandavam apanhar todos os anos e depois eles é que marcavam o preço (...). Diziam: - Este ano correu X e a gente tinha de se sujeitar.»*³

Vinificar evitaria tal vulnerabilidade e prejuízo, mas construir e equipar uma adega é projecto a que apenas 555 dos 2.620 viticultores puderam aspirar. A escassez de lucro do pequeno viticultor não lhe permite tal investimento ou risco.

O vinho é produzido, principalmente, por pequenos e médios produtores (87%) que dependem

igualmente de intermediários para escoar as suas produções privando-os do lucro que poderiam ter. Os desequilíbrios do mercado vão causando os seus danos e fazendo aumentar o coro dos que acreditam na solução do cooperativismo. Nas memórias de Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos: *«Fez-se a adega cooperativa para salvar os agricultores (...). Os armazenistas de vinhos, ninguém queria que se fizesse a adega cooperativa, porque iria roubar o lucro (...). Houve uma meia dúzia de lavradores (...) que se puseram à cabeça e faz-se e faz-se... e fez-se mesmo.»*⁴

Em 1958, é inaugurada a Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, já com 50 associados.

Últimas considerações

Neste contexto, para os grandes proprietários, a condição da posse da terra é a continuidade de uma herança e a possibilidade de viver com o desafogo, que vai sendo permitido, quer pela política de baixos salários e estabilização dos preços dos produtos agrícolas, quer pela manutenção da antiga estrutura fundiária. Refiro-me, sobretudo, aos proprietários das grandes herdades.

Para os pequenos proprietários, ter terra significa por um lado uma bênção, porque uma conquista de algo que há muito lhe foi negado, mas também um castigo e uma escravatura, que mesmo em momento de maior precariedade o aprisiona à sua condição. Se têm agora um solo a que podem chamar seu, e onde esgotam todas as horas livres do trabalho do patrão, este não o sustenta. Constituem os “pequeníssimos” e os “pequenos” viticultores e vinicultores a quem os apoios da Junta Nacional do Vinho não chegam, nem socorrem as esperanças da cooperação. São estes trabalhadores que perpetuam o rosto do território e de quem falam tantos estudos que classificam de “atrasada” a agricultura no Estado Novo. Mas que outras alternativas existem?

A terra é escassa, não pode retribuir em fruto e abundância, o que tanto o viticultor lhe ofereceu em esforço, votando-o à dependência das jornas dos proprietários das terras vizinhas. Mas há muita gente, demasiada, e escassez de trabalho tanto na terra, como fora dela.

A uva, tão exigente em tratamentos e mão-de-obra, é vendida quase sem lucro. Mas será opção arrancar uma vinha à qual se dedicou dezenas de anos, quem sabe diferentes gerações, de muitos e zelosos cuidados? E se no ano seguinte a situação melhora? Arrancar, para voltar plantar o quê? Mesmo quando a vinha dá escasso lucro, é sempre mais vantajosa que deixar improdutivo uma terra na qual tanto se investiu, e que pouca capacidade tem para o desenvolvimento de outra cultura. Além disso, face à protecção estatal, o vinho encontra sempre comprador, logo as uvas, mesmo sem grande lucro, encontram o mesmo destino, garantindo o numerário de que as explorações agrícolas e o agregado doméstico carecem.

³ Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

⁴ Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo. Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

A tecnologia é escassa, mas é também a adequado à dimensão da terra e ao nível de investimento que o seu proprietário pode fazer.

Os salários são baixos e incertos. A sazonalidade dos trabalhos impõe a sua lei e nos meses de Dezembro e Janeiro não há sequer o que fazer. Mas existe alternativa? A estrutura fundiária assentou sempre na abundância de mão-de-obra, paga com salários baixíssimos e livres de concorrência. Perante esta situação os grandes proprietários usufruem das vantagens trazidas pelo acesso a uma mão-de-obra abundante e silenciosa.



Transporte da água para o sulfato, Palmela, 1953-1954.
Autor: Jacinto Augusto Pereira (Fonte: Pereira, 1953-1954)

O campesinato, sem recursos ou alternativas para esperar outra condição, entrega-se ao que conhece e precisa: terra para viver e trabalhar. Aos olhos do regime, encontra-se no lugar certo. Está agarrado à sua terra, logo mais distante das “tentações” da emigração ou da oposição frontal ao regime e mais próximo das grandes herdades, onde constitui a mão-de-obra barata, necessária aos baixos preços dos produtos agrícolas. É suposto permanecer assim.

É a realidade aqui analisada, que mantém o país num «compasso de espera» entre a «ruralidade» que agora esmorece e a «industrialização» que se apressa em chegar. Este cenário irá mudar, mas neste período, ainda é a terra, a agricultura e a vinha que, como vimos, coloniza amplamente o solo e acolhe ou “aprisiona” grande parte da população. Nos relatos de todos os agricultores, que conosco partilharam as suas memórias, igual lamento no esforço de recordar a vida aqui descrita. Em todos os discursos, variações da mesma exclamação: «Deus nos livres a todos, de um dia esse tempo regressar!».

Cristina Prata

Técnica de História e de Museologia

A autora não segue as normas do novo Acordo Ortográfico.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

A Voz de Palmela, 27.01.1955.

Inquérito Agrícola e Florestal, Concelho de Palmela (1951), Lisboa: Plano de Fomento Agrário.

O Distrito de Setúbal, Breve resenha Histórica, 1966.

Fontes Orais

Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Bibliografia

BAPTISTA, F. Oliveira - **A Política Agrária do Estado Novo**, Porto: Edições Afrontamento, 1993.

BAPTISTA, F. Oliveira - «Declínio de um Tempo Longo», in **O Voo do Arado**, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996.

CALDAS, E. de Castro - **A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos**, Lisboa: INIC, 1991.

FREIRE, Maria Dulce - **Produzir e Beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)**, dissertação para obtenção do grau de Mestre em História dos Séculos XIX-XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GIRÃO, A. de Amorim, **Atlas de Portugal**, Coimbra, 1997.

LAINS, Pedro - **Os Progressos do Atraso, Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992**, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MARTINS, Conceição Andrade - «José Maria dos Santos, Contributos para a História da Associação Central da Agricultura Portuguesa», in **Lavoura Portuguesa, 1997-1998**, Associação Central da Agricultura Portuguesa, 1998.

MARTINS, Conceição Andrade - **Importância das empresas familiares para a História Económica e Social : o Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca Suc** (em col com Ana Fernandes Pinto e Rita Almeida de Carvalho), 2.º Congresso Internacional de Arquivos Empresariais. Arquivos de Empresa fontes para a História económica e social, Lisboa, Núcleo de Estudos de História Empresarial, 2007.

MARTINS, J. Silva - **Estruturas Agrárias em Portugal Continental**, Vol I, Lisboa: Prelo, 1973.

PEREIRA, Maria Conceição - **Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937 – 1986)**, Dissertação apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa, 2007.

SIMÕES, Orlando - **A Vinha e o Vinho no Século XX**, Oeiras: Celta Editora, 2006.

Do Serviço Educativo

Números e palavras que traduzem 3mões – balanço do ano letivo 2015-16

Os números ajudam-nos a compreender muitas coisas, mas são as palavras e as emoções associadas às experiências que o Serviço Educativo concebe, para os públicos, que lhes dão um significado maior.



Oficina de língua gestual no Espaço de Transmissões Militares

Análise quantitativa

No ano letivo 2015-2016, o Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela (SE-MMP) recebeu **9 418** visitantes, sendo 8 385 visitantes do concelho de Palmela; 490 visitantes de outros concelhos da península de Setúbal; 65 visitantes da área da Grande Lisboa e 78 de outros concelhos do resto do país [Ponte de Lima (51) e Vilamoura (27)].

Deste universo, 89 % corresponde a visitantes do concelho de Palmela, na sua maioria público escolar, distribuídos pelos 3 agrupamentos escolares: Agrupamento Vertical de Escolas Hermenegildo Capelo (Palmela) – 4818 alunos; Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos (Pinhal Novo) – 3290 alunos e Agrupamento de Escolas José Saramago (Poceirão/Marateca) – 277. É de destacar que destes 277 alunos, 253 alunos participaram nas atividades inseridas no projeto «Museu para o Futuro»¹.

À semelhança dos anos letivos anteriores, como pode verificar-se no gráfico 1, a adesão à oferta pedagógica do SE-MMP continua crescente, tendo-se verificado um aumento significativo, em comparação com o ano letivo anterior.

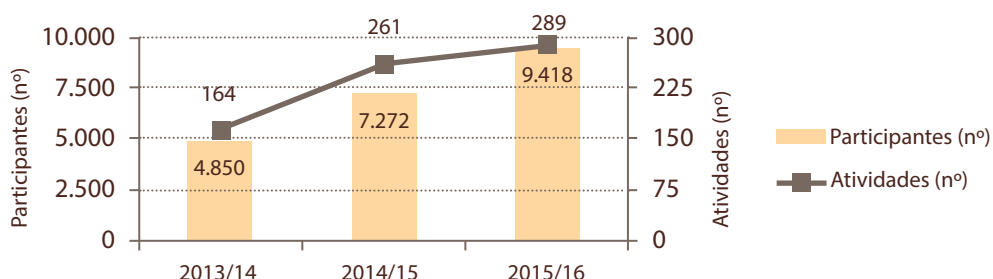


Gráfico 1. Participantes e atividades do serviço Educativo 2013/14 a 2015/16 (nº)

¹ O projeto nasceu em setembro de 2013 (...) assumindo um percurso focado num movimento cíclico de internalização e externalização da riqueza do património. Partimos do pressuposto que a criatividade tem uma relação com a saúde mental e promove a aprendizagem socioemocional. Esta parceria tem possibilitado o cruzamento entre o património pessoal, o nacional e o da comunidade local. A equipa do Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela facultou a realização de visitas, atividades e recursos humanos, agilizando a vivência de gratificantes experiências pedagógicas e sociais. Estas atividades são criteriosamente planeadas, de modo a adequar a oferta do Museu aos temas propostos pelo Serviço de Psicologia do Agrupamento de Escolas José Saramago, permitindo alargar acessibilidades e reforçar a nossa proposta de aprendizagem. (in *boletim +museu*, maio 2016, pág.9)

Vendo, em detalhe, a informação obtida no ano em análise, a maioria dos visitantes beneficiou das atividades dinamizadas pelas extensões museológicas, a saber: Espaço Fortuna (1792); Quinta de S. Paulo (1209); Moinhos Vivos (1002); Quinta Caramela (615); Museu do Ovelheiro (210); Teatro O Bando (167) e Museu da Saúde (159), totalizando 5 154 visitantes. A maior percentagem dos participantes optou por ações realizadas pela equipa do Serviço Educativo do Museu Municipal, num total de 5 266 visitantes, distribuídos da seguinte forma: oferta permanente (visitas ao património local) – 3 496; Museu vai à escola (oficinas e mostra de recursos pedagógicos) – 768; Moinhos Vivos (única extensão museológica na qual as atividades realizadas estão a cargo da equipa SE) - 1002.

	N.º	%
Extensões Museológicas	Quinta de S. Paulo	1.209 12,8
	Espaço Fortuna - Barro	1.166 12,4
	Moinhos Vivos	1.002 10,6
	Quinta Caramela	615 6,5
	Espaço Fortuna - Azulejos	499 5,3
	Museu do Ovelheiro	210 2,2
	O Bando-Jogo exploração na serra	167 1,8
	Museu da Saúde	159 1,7
	Espaço Fortuna	127 1,3
	Subtotal	5.154 54,7
Oferta permanente	Castelo Personagens	933 9,9
	Peddy Paper no Castelo	550 5,8
	Castelo Personagens + novos	549 5,8
	Dias Comemorativos *	525 5,6
	Férias no Museu	338 3,6
	Enigmas no Jardim	254 2,7
	Visita temática ao Castelo	174 1,8
	Palmela - Pé ante pé	149 1,6
	Grafia Antiga (Castelo)	16 0,2
	Subtotal	3.488 37,0
Museu vai à escola	Grafia Antiga	359 3,8
	Da Uva ao Vinho	170 1,8
	Museu para o Futuro	151 1,6
	Dia do Patrono da Escola (Hermenegildo Capelo)	50 0,5
	Envio-te uma Mensagem	38 0,4
	Subtotal	768 8,2
Outras	Visita Castelo S. Jorge (Almenara)	8 0,1
	Subtotal	8 0,1
Total		9.418 100

Quadro 1. Participantes em atividades do serviço educativo por tipo e subtipo de atividades (n.º e %)

À semelhança de anos anteriores, são as atividades que acontecem no Castelo que atraem a maior parte dos docentes/participantes, num total de 2 302 visitantes.

Análise qualitativa

No ano letivo 2015-2016, foram avaliadas pela equipa do SE-MMP 18 atividades, através de 588 questionários, por amostra.

Quase metade da amostra foi aplicada aos/as alunos/as até ao 1.º ciclo do ensino básico (43,4%). As crianças do pré-escolar, alunos do 2.º, 3.º ciclos e secundário significam 15,3%, no seu conjunto. Os docentes representam cerca de 16% da amostra, e outros visitantes 9,4%.

A escolaridade confirma que a maioria dos/as estudantes frequenta o 1.º ciclo do ensino básico (82,7%), sendo que as restantes percentagens se distribuem pelas crianças do pré-escolar (12%), dos/as alunos/as do 2.º e 3.º ciclo (3,4%).

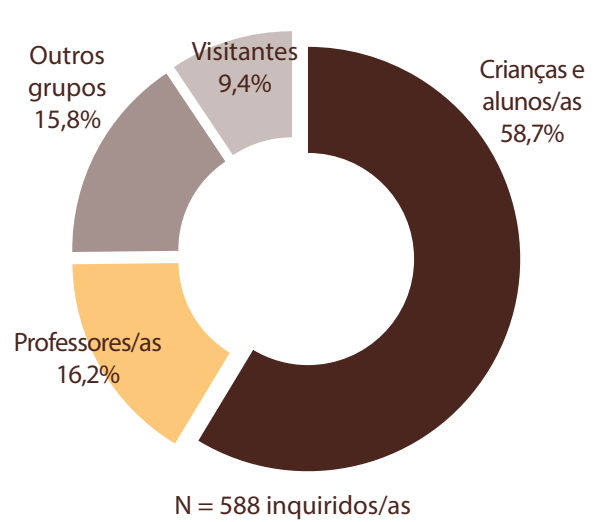


Gráfico 2. Escolaridade (%)

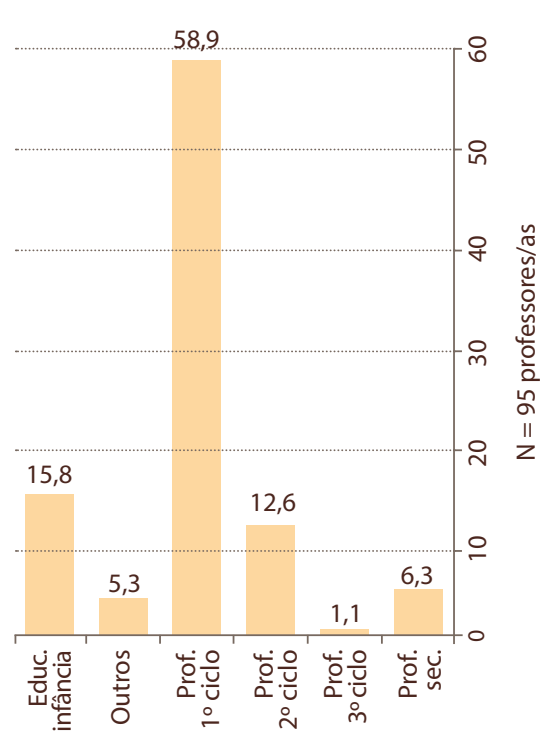


Gráfico 3. Professores/as por nível de ensino (%)

Como se pode comprovar pela análise de interpretação de todos os dados obtidos, o número de participantes nas atividades do SE cresceu significativamente, mantendo-se o predomínio da participação do 1.º ciclo do ensino básico. Conscientes da importância do alargamento de públicos, temos vindo a dinamizar atividades para famílias e outros grupos organizados, concebendo uma programação específica para os **Dias Comemorativos**, tais como: dia nacional dos Centros Históricos; dia nacional dos Moinhos; dia internacional dos Monumentos e Sítios; dia das Merendas (tradição local); dia internacional dos Museus; noite dos Museus; dia do Concelho/ dia da Criança (1 de junho); dia das Transmissões Militares; Jornadas Europeias do Património; dia Nacional dos Castelos; dia da Restauração do Concelho (1 de novembro), bem como um programa de atividades específico para os momentos de pausa lectiva, que denominamos **Férias no Museu**.



Férias no Museu. Páscoa 2016

É desta forma que, ano após ano, sendo o rosto mais visível do Museu, o Serviço Educativo cumpre a sua missão: «comunica aos diferentes públicos os conhecimentos adquiridos pelos investigadores».

Sabendo que os **núm3ro5** são resultados das ações, do profissionalismo e das vontades das pessoas que fazem parte da equipa do Serviço Educativo, aqui ficam as palavras de quem faz, diariamente, acontecer...

Ana Correia, diz-nos que «É gratificante conseguirmos transmitir e receber conhecimento, sobretudo quando é feito em equipa».

«**SerVir** – O Serviço Educativo é Ser – ser presente, ser passado, ser futuro.... É Vir – vir experienciar novas aprendizagens, fazer novas descobertas, sentir o nosso Património e História», diz-nos Rute Regula.

Sandra Abreu Silva utiliza as 5 vogais para descrever o que é, para si, esta aventura diária de ser parte do Serviço Educativo: «Apaixonante, Encantador, Incrível, Ótimo, Único. Um privilégio crescer e aprender com pessoas extraordinárias».

A equipa diária é composta por estas três pessoas mas, felizmente, não se esgota em nós.

Contamos com a colaboração de todos os que fazem parte da equipa do serviço de Património Cultural, de outros serviços da Câmara Municipal de Palmela e das pessoas que constituem as equipas de trabalho das extensões museológicas.

Isabel Marialva, que assegura diariamente a vigilância do Espaço de Transmissões Militares, diz-nos: «foi com grande orgulho que abracei esta experiência única». Refere-se ao seu contributo na visita encenada ao castelo, onde tem oportunidade de dar voz e corpo ao *militar Esteves*. Esta personagem, que ilustra parte da visita ao castelo, nasceu na formação de «Sensibilização ao Teatro – voz e corpo», que a equipa de Serviço Educativo recebeu do Teatro O Bando, no início do ano de 2016.

Cláudia Oliveira, que diariamente testemunha fragmentos de história no serviço de arqueologia, é quem nos convida a imaginar como seria habitar este território há mais de 1000 anos atrás e diz-nos, emocionada, que colaborar nas visitas encenadas/atividades do Serviço Educativo é «Uma oportunidade de aprendizagem, de inspiração ao integrar uma equipa em constante aperfeiçoamento, com uma missão maior de sensibilizar e dar a conhecer o Património cultural do concelho, de uma forma lúdica e criativa.»

Est3s resultado5 existem devido à conjugação de muitos fatores. É necessário ajustar muitas agendas, negociar com vários intervenientes e, juntos, fazermos acontecer.

Um gigante bem-haja a **todos vós** que permitem que tudo isto se realize! Um grande aplauso a todas as pessoas que escolhem passar tempo connosco e permitem que possamos continuar a realizar o nosso trabalho. Quando encerramos um ciclo de trabalho e fazemos as **conta5**, sentimos o coração cheio de muita gratidão pelos resultados obtidos.

O Resultado é sempre **+MAIS**: + números, **+3moçoẽ5**, +aprendizagens, +pessoas, +atividades e +mais aspetos para melhorar.

Queremos continuamente fazer +melhor.
Somos +muSEu.

Pela equipa do Serviço Educativo do Museu
Municipal de Palmela
Sandra Abreu Silva

Património concelhio em documentos

O Portugal Vinícola

Foi recentemente doada ao Município, pela Família Carvalho Mendes Bragança¹, a edição *príncipe* de **O Portugal Vinícola** de Cincinnato da Costa², que representou Portugal na Exposição Universal de Paris, em 1900.

Trata-se de uma obra monumental que documenta a Ampelografia e o Valor Enológico das principais castas videiras portuguesas.

Bilingue, nas línguas portuguesa e francesa, a obra é primorosamente ilustrada com duas Cartas coloridas: Carta Vinícola de Portugal (1900), à escala: 1/2.000.000; e Carta Vitícola de Portugal (1900), à escala: 1/2.000.000, ambas legendadas.

Apresenta também dez cromolitografias e setenta e quatro autotipias das principais castas nacionais³, representativas das (13) Regiões Vitícolas do país, e onde se destacam as castas tradicionais da Região da Bacia e Litoral do Tejo, a Casta Muscatel de Jesus e a casta Castellão Real.

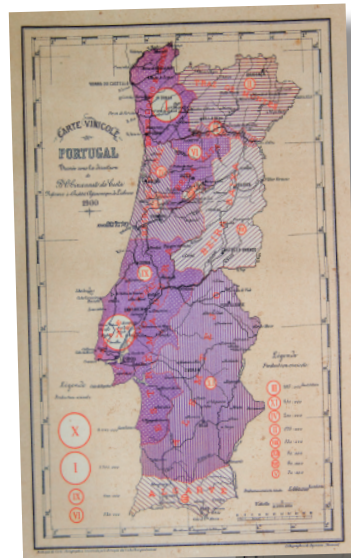
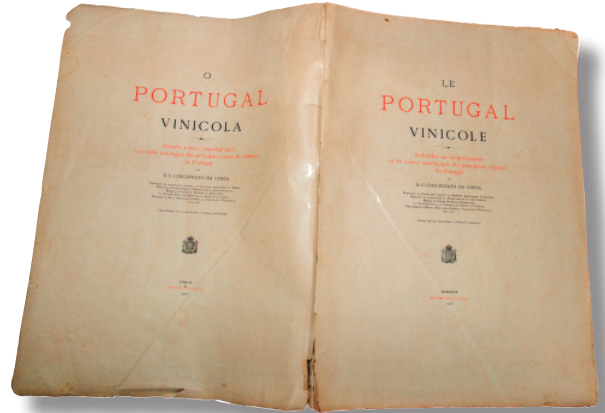
Edição da Imprensa Nacional, abre com o frontispício, seguido das *Considerações Preliminares*, onde o autor apresenta um breve resumo histórico, indicador do *estado da arte da indústria vitivinícola*, e o plano geral dos trabalhos que divide em duas partes: o estudo ampelográfico das castas, e a análise das uvas, onde analisa os *Métodos adoptados na Análise das uvas*, e o *Estudo físico e químico* da composição da polpa.

Estudo científico, é o primeiro trabalho sobre a composição das uvas usadas no fabrico dos vinhos, e o primeiro a promover Portugal na História da vitivinicultura europeia.

Na apresentação, o autor justifica as razões do empreendimento, «a lacuna sensível da nossa tecnologia agrícola (...), o qual representa por agora, uma tentativa para se fazer o estudo dos mostos e dos vinhos em Portugal», e refere o modelo que seguiu, inspirado num estudo francês; conclui com «o público reconhecimento» à distinta equipa que o coadjuvou.

Publicação notável, pela raridade e valor histórico, a sua incorporação nos bens do Município constitui um enriquecimento do acervo bibliográfico e arquivístico, que propicia valor acrescido ao conhecimento do património vitivinícola nacional.

Maria Leonor Campos
Técnica Superior de História
Museu Municipal de Palmela



¹ Família com ascendência, por via materna, em Palmela. Aqui expressamos, mais uma vez, o nosso agradecimento.

² Bernardino Camilo Cincinnato da Costa [1866.1930], Professor do Instituto Agronómico de Lisboa.

Engenheiro agrónomo e médico veterinário, publicou várias outras obras: *Le Oleiculture en Portugal*; *Produção e comércio dos principais géneros agrícolas de Portugal* e *A questão dos trigos em Portugal*, e colaborou em jornais e revistas da especialidade agrícola. Foi Professor de Tecnologia Agrícola e Director do Laboratório de Fermentações no Instituto Agronómico de Lisboa. Director da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, e do Laboratório de Microbiologia Agrícola «Ferreira Lapa», foi membro do Conselho Superior de Agricultura e da Academia Real das Ciências, no Instituto de Coimbra, e sócio honorário da Sociedade dos Viticultores de França. Foi sócio correspondente da Sociedade de Agricultura de Girona e do Instituto Geográfico Argentino, e fundador da Sociedade das Ciências Agronómicas.

³ Da autoria do desenhador e pintor português, Roque Gameiro [1864.1935].

Em destaque...

O primeiro Museu de Música Mecânica em Portugal, abriu em Palmela!

«Os homens são feitos da mesma matéria de que são feitos os sonhos.»

Foi citando Brecht, que o colecionador Luís Canguieiro deu início ao seu discurso de inauguração do Museu da Música Mecânica. Um sonho que durou 15 anos e que se concretizou no passado dia 4 de outubro de 2016, com a abertura daquele que é o primeiro Museu de Música Mecânica em Portugal. Localizado em Arraiados, freguesia de Pinhal Novo, a arquitetura do edifício evoca uma caixa de música gigante que desperta a curiosidade, atrai e convida, no seu interior, à descoberta do passado através de mais de 600 instrumentos de música mecânica, que se balizam entre finais do séc. XVIII e os anos 30 do séc. XX.



O edifício, obra do arquiteto Miguel Marcelino

A inauguração foi distinguida pela presença do Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que teceu largos elogios ao novo bem cultural: «Este museu é ao mesmo tempo musical, tecnológico e sentimental. Ao vermos e ouvirmos caixas de música, relógios musicais, autómatos, pianos mecânicos, fonógrafos, gramofones, grafonolas, estamos desde logo em contacto com objetos de arte (...). O contacto ou o reencontro com estes objetos mostra que são objetos inanimados que se animam, que nos animam, que nos espantam, que nos comovem, que nos transportam para um tempo, para o nosso passado ou para o passado de outros». E distinguiu o Museu da Música Mecânica face aos seus congéneres: «Ao passo que na maioria dos museus observamos em silêncio, o silêncio de muitas peças exibidas, num museu como este os objetos falam-nos (...). É um facto, neste museu todas as peças expostas estão em pleno funcionamento, restauradas, aptas a tocar e a encantar todos os que nos visitam.



O colecionador apresenta uma peça na inauguração

O Presidente da Câmara de Palmela, Álvaro Amaro, enalteceu o entusiasmo, a visão e a resiliência do colecionador Luís Canguieiro e o benefício deste novo museu quer para o concelho de Palmela e freguesia de Pinhal Novo, quer para usufruto e delícia de todos os visitantes, que espera que sejam muitos. O Maestro António Victorino D'Almeida, presente também na inauguração do museu, sublinhou: «De certo que é, senão o melhor, um dos melhores do mundo, na sua especialidade».

O museu integra diferentes valências funcionais – área expositiva, sala documental, auditório com 70 lugares, sala polivalente, loja, cafetaria – que numa perspetiva integrada promoverá visitas, exposições, espetáculos, *workshops*, conferências, reuniões de trabalho, festas de aniversário e outros eventos de cariz cultural, educativo e de lazer. O serviço educativo e os projetos com a comunidade escolar, serão uma das suas prioridades.



Eureka, 1902 – um gramofone de criança

O Museu da Música Mecânica constitui-se como um museu privado, que irá crescer de forma sustentada e certamente distinta da maioria dos museus financiados pelo Estado. Privilegia um acolhimento familiar, próximo da comunidade e participado. Um museu para ver, ouvir, sentir, surpreender, provocar curiosidade, questionar, emocionar e viver bons momentos musicais. Seguimos pelo sonho!

Museu da Música Mecânica

Luís Canguieiro - Colecionador e Diretor do Museu

Andreia Martins – Coordenadora de Comunicação

Contactos: www.museudamusicamecanica.com

facebook.com/museudamusicamecanica

Quinta do Rei - Rua dos Alegrias - Arraiados

2955-281 Pinhal Novo | Palmela

museudamusicamecanica@gmail.com

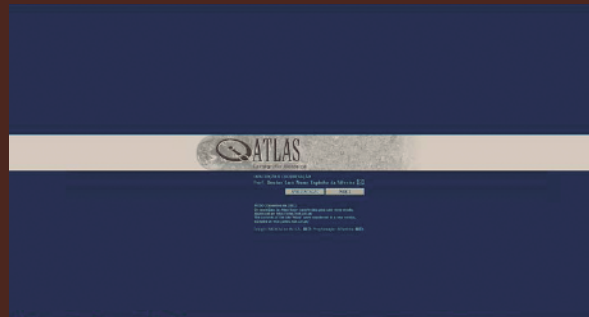
212 381 083 | 960 080 044

Sites a consultar... sugestões para investigação e lazer

A propósito da Restauração do concelho de Palmela e da evolução da estrutura administrativa e religiosa do território continental português, entre 1758 (Memórias Paroquiais) e 2001, recomendamos:

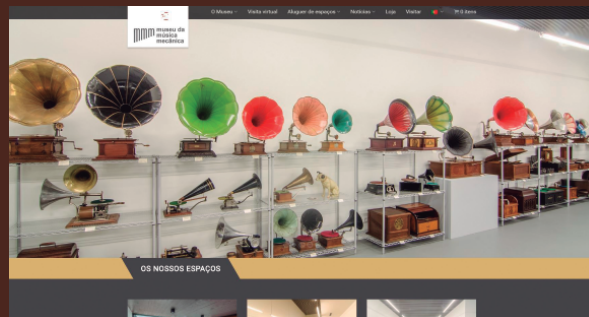
ATLAS – Cartografia Histórica

<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas/apresentacao.html>



Museu de Música Mecânica

<http://museudamusicamecanica.com>



Facebook Museu Municipal de Palmela

www.facebook.com/Museu-Municipal-de-Palmela



No Boletim ICOM Portugal (N.º 7, Setembro 2016) pode consultar:

<http://www.icom-portugal.org>

<http://icom-portugal.org/multimedia/Boletim%20ICOM%20Portugal%20III%207%20Set%202016.pdf>

«O que Significa Hoje a Função Social dos Museus?» (pág. 20)

e http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf

«Recomendação relativa à protecção e promoção dos Museus e das Coleções, da sua diversidade e do seu papel na Sociedade», Paris, novembro de 2015

Edições em destaque... no GEsOS e no Museu municipal Fundos documentais para consulta pública

GABINETE DE ESTUDOS SOBRE A ORDEM DE SANTIAGO (GEsOS)

MONTEIRO, João Gouveia (Coord.); AGOSTINHO, Paulo Jorge; MARTINS, Miguel Gomes - **Guerra e Poder na Europa Medieval: das cruzadas à guerra dos 100 anos**, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015

OLIVEIRA, Nuno Villamariz – **Castelos Templários em Portugal [1120-1314]**, Lisboa: ÉSQUILO edições e multimédia, 2010

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – **Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)**, Lisboa: Edições Colibri, 2015

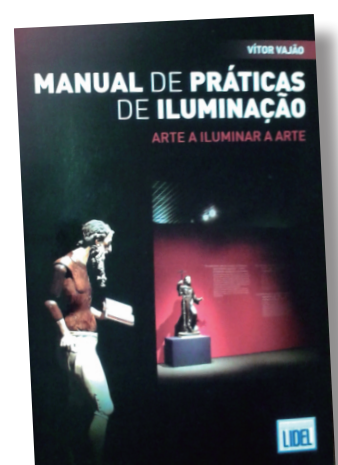


MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA

CAMACHO, Clara Frayão – **Redes de Museus e Credenciação. Uma panorâmica europeia**, Lisboa: Caleidoscópio, 2015

SEBASTINA, Luís – **A Faiança Portuguesa de Olaria na Intervenção Arqueológica. Mosteiro de S. João de Tarouca**, Lamego: Direcção Regional de Cultura do Norte/Vale de Varosa, 2015

VAJÃO, Vitor – **Manual de Práticas de iluminação. Arte a Iluminar a Arte**, s/l: Lidel, 2015



SUMÁRIO

- 1 | Editorial
- 2 | Em investigação... A inquisição e os Cristãos-Novos de Palmela
- 5 | Património Local... Palmela: Chão que dá Uvas (1945-1958)
- 9 | Do Serviço Educativo... Núm3ro5 e palavra5 que traduzem 3mocõe5
- balanço do ano letivo 2015-16
- 12 | Património concelhio em Documentos... O Portugal Vínicola
- 13 | Em destaque... O primeiro Museu de Música Mecânica em Portugal,
abriu em Palmela!
- 14 | Sites a consultar... sugestões para investigação e lazer
- 15 | Edições em destaque... no GEsOS e no Museu municipal - fundos
documentais para consulta pública

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela / Divisão de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município, 2951-505 PALMELA
Telefone: 212 336 640 | Fax: 212 336 641 | e-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | **Coordenação editorial:** Coordenação da área de Património Cultural da DCDJ/Museu Municipal | **Colaboram neste número:** Andreia Martins (Coordenadora d e Comunicação do Museu da Música Mecânica), Cristina Prata (Técnica de História e Museologia), Jorge Martins (Historiador/ Investigador em Estudos Judaicos), Luís Canguero (Diretor do Museu da Música Mecânica), Maria Leonor Campos (Técnica de História do Museu Municipal de Palmela), Maria Teresa Rosendo (Coordenadora da área de Património Cultural da Câmara Municipal de Palmela), Sandra Abreu Silva (Coordenadora do Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela) | **Design:** Filipa Reis e Moura
Impressão: Regiset | **Código de edição:** 253/2017 (3000 exemplares)
ISBN: 927-8497-27-X | **Depósito legal:** 196394/03

Faz parte integrante deste número uma separata com um artigo de Maria Teresa Rosendo: 1926. *Restauração do concelho de Palmela: uma vitória de todos os munícipes há 90 anos* (parte 1; a parte 2 do artigo será publicada na edição de novembro 2017)